

# As articulações do PFL contra o bloco conservador

Os 20 deputados do PFL que decidiram formar um novo bloco no Congresso para atuar contra a radicalização na Constituinte esperam chegar até a primeira quinzena de julho com pelo menos mais 30 adesões dentro do partido. Mas o objetivo é mais ambicioso: conseguir apoio em todas as outras agremiações. O primeiro passo foi buscar a colaboração do presidente do PFL, senador Marco Maciel, e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para torná-los aliados nesse processo.

Os frentistas estão preocupados. Acreditam eles que a esquerda só atuará, até o final da Constituinte, na base da radicalização, enquanto os associados ao grupo centro-democrático do PMDB dominarão os trabalhos. "Se não houver um trabalho sério em torno do entendimento, a nova Carta terá um tom mais retrógrado que o da Constituição da junta militar de 1969", advertem os liberais.

A primeira reunião sobre o assunto foi feita na semana passada, na casa do deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE). "Ali ficou claro que precisávamos de alguém ou de um grupo que se dispusesse a interferir para evitar radicalismos da direita e da esquerda, que se pudesse comprometer, com uma Carta representativa da maioria da sociedade", relatou o deputado Humberto Souto (PFL-MG). Alcântara insiste em alargar os contatos, sem preconceitos. "Por isso, não excluiremos ninguém", avisou, depois de adiantar que já procurou o líder do PCB, deputado Roberto Freire — "e ele se mostrou interessado em conversar sobre a questão urbana".

Como passo seguinte, os frentistas, vão levar a discussão ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, para então ampliar as conversas e chegar a parlamentares de todos os partidos. E os frentistas apostam que a esquerda, se conseguir ceder em algumas questões, também terá vitórias expressivas na Constituinte, o que não acontecerá se mantiver a intransigência. Se o grupo crescer, como planejam, os frentistas acreditam que haverá condições de quebrar o monopólio conservador controlado por um grupo do PMDB com o apoio de parcelas do PFL, PDS e PL.

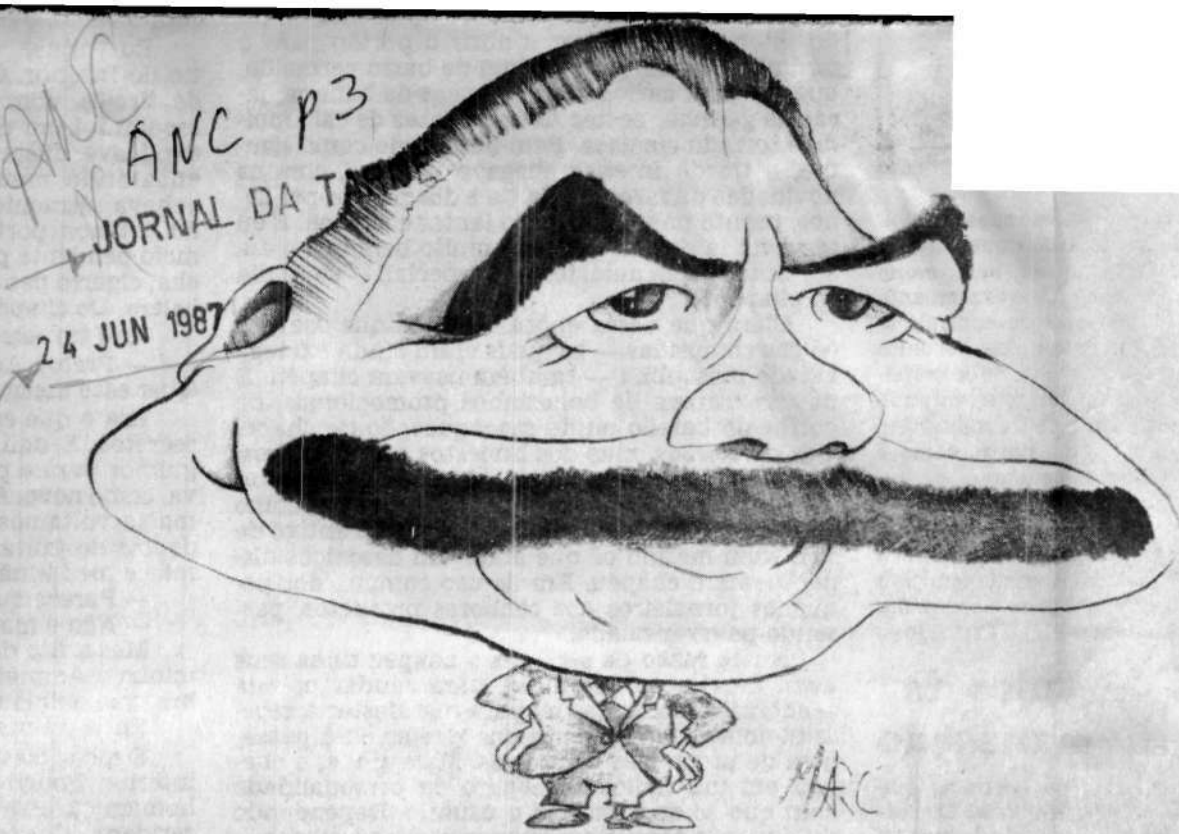
## Antecipação

A convenção nacional do PFL, que, tinha sido adiada de julho para setembro, foi o motivo da reunião de ontem entre os presidentes regionais e a cúpula do partido, que acabou surpreendida com um pedido de antecipação e sucessivas reivindicações de rompimento da Aliança Democrática.

A reunião começou com um discurso otimista de Marco Maciel, que não convenceu os frentistas na parte em que pedia engajamento das direções regionais na campanha de filiação partidária. "Vamos mais uma vez, nas próximas eleições, segurar o cabrito para o PMDB mamar", atacou o revoltado representante do Espírito Santo, Emir Gomes, sintetizando a opinião dos demais. "O PFL está no banco dos réus, só identificado com o governo quando as coisas vão mal", completou o representante do Maranhão.

Pelo menos em cinco itens a reforma tributária que está sendo proposta na Constituinte é considerada "boa": ela reforça a descentralização e a autonomia dos Estados e municípios, atenua os problemas regionais, promove uma maior justiça fiscal, adapta o sistema tributário a uma economia mais moderna e dá um mínimo de uniformidade nacional. A opinião é do deputado federal José Serra, defensor destas propostas e relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte.

Apresentando e debatendo o seu relatório por quase três horas com os deputados paulistas, ontem na Assembléia, ele falou das principais alterações no atual sistema tributário. Uma delas é a fusão de impostos com a criação de um ICM ampliado (de 16, passarão a ser 13 os impostos, ficando o ICM com o



## Constituinte: avanços. E controvérsias.

Todo o trabalho de compatibilização da Comissão de Sistematização deverá estar pronto ainda hoje, conforme garantia ontem o relator Bernardo Cabral. Até o final da semana, portanto, esses dados serão encaminhados aos computadores do Prodasen. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que participa das reuniões que tratam dos primeiros esboços da redação inicial, acredita que estão surgindo, finalmente, alguns avanços nas discussões sobre reforma agrária e reserva de mercado. Mas ainda há muita controvérsia.

O senador José Richa (PMDB-PR), por exemplo, discorda da aprovação de qualquer dispositivo que fixe em 40 horas semanais a jornada de trabalho. Além disso, ele considera "uma estupidez" a estabilidade no emprego aos 90 dias de trabalho. "Se isso for incluído na nova Constituição, com toda certeza não será cumprido", advertiu. "O maior argumento a favor da estabilidade é a eficiência."

A conceituação sobre empresa nacional mereceu também um exame detalhado do relator Cabral, que adicionou mais uma exigência: no caso das indústrias de ponta, além das exigências de nacionalidade, é necessário o controle de tecnologia. Na área de educação, ficou acertado que as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas, podendo subsidiariamente ser aplicadas em escolas privadas que tenham caráter filantrópico. Assim, retirou-se do texto a exclusividade que tanta polêmica provocou na comissão.

A censura prévia está abolida. Mas manteve-se o caráter apenas

classificatório com relação ao cinema e à tevê, onde um programa de mau gosto pode ser retirado. A liberdade de expressão nos demais segmentos culturais está garantida.

A existência de um Conselho Nacional de Comunicação também está garantida, e será um órgão mediador na concessão de canais de rádio e tevê, que seriam concedidos pelo governo federal depois de referendados pelo Congresso.

Bernardo Cabral foi encarregado de dar parecer pessoal sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação, já que o parecer do relator Arthur da Távola (PMDB-RJ) não conseguiu ser aprovado dentro do prazo. Távola e a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) ajudaram Cabral a formular um novo parecer, e conseguiram a manutenção da reserva de mercado para a informática. Desta vez, contudo, o parecer ficou camuflado sob um conceito mais político, de "proteção do mercado interno".

## Conclusões

Para garantir a confecção de seu trabalho, Cabral conta com a ajuda de um grupo de oito relatores de campo que, ontem à tarde, deram por encerrada suas tarefas. Os anteprojatos das comissões temáticas foram praticamente mantidos, embora o número de artigos tenha sido reduzido para menos de 400 dispositivos. Hoje, o grupo entregará as conclusões a Cabral, que terá 48 horas para reduzir o relatório a ser oferecido ao exame da Comissão de Sistematização.

Ao lado das sugestões aprovadas, o grupo de oito relatores vai

anexar outras alternativas — e nenhuma delas dá preferência ao sistema presidencialista de governo. Além disso, o grupo também dá preferência ao voto distrital misto para a Câmara Federal. O Supremo Tribunal Federal, segundo essas sugestões, continuará sendo a Corte máxima do Poder Judiciário, não sendo aceita a tese de que a esse tribunal ficariam restritas as matérias de natureza estritamente constitucional. Para evitar novas polêmicas, contudo, foi oferecida como alternativa a proposta de criação do Tribunal Constitucional.

Com sua participação, Cabral garantiu avanços no trabalho de compatibilização dos sete pareceres aprovados pelas comissões temáticas, além de um oitavo texto que produziu sobre a comissão que não teve parecer aprovado. Como no caso da reforma agrária, por exemplo, onde a Comissão de Sistematização optou pela conceituação dada pela Comissão da Soberania, diferente da definição da Comissão da Ordem Econômica. Pela conceituação aprovada, a propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado, sendo suscetível de desapropriação também áreas produtivas, sempre indenizadas em dinheiro, por interesse social ou necessidade pública. No conceito da Ordem Econômica, ao contrário, havia dificuldades ao destinar à reforma agrária apenas zonas improdutivas.

No final, segundo Cabral, prevaleceu sempre o conceito dos líderes do PMDB: "A mim coube apenas a conceituação jurídica. A decisão política ficou com eles".

## José Serra, na Assembléia paulista: a defesa da reforma tributária.

imposto sobre serviços, imposto único sobre combustíveis, lubrificantes líquidos e gasosos, imposto sobre energia elétrica, sobre transportes, minerais e telecomunicações) e danto-lhe "mobilidade". Ou seja, o ICM não terá alíquotas iguais para todos os produtos nem para todos os Estados.

Os municípios, segundo Serra, poderão partilhar de 20 a 25% deste ICM, e "podem chegar até a 80%, caso não seja modificado o Fundo da Participação dos municípios, deverão ter um novo imposto (sobre vendas a varejo), e vão ganhar o ITBI, que passa a ser municipal. Já os estados, além de gerir o ICM com independência e segundo as necessidades locais, passarão a administrar o tributo rural, o imposto progressivo sobre as heranças, bem como criar novos impostos. Estes podem contar até com medi-

das protetoras contra a União "que se quiser entrar nos impostos criados terá de ceder a metade para os estados geradores". Há inclusive a possibilidade para a criação de um adicional do imposto sobre a renda.

O deputado contestou também a habitual crítica contra o Estado de São Paulo — do Estado rico pretendendo mais que os estados "pobres". Informando que aqui o recolhimento do ICM já registrou quedas de 30%, no Rio de 10%, enquanto em vários estados do Nordeste às vezes este recolhimento é dobrado ou triplicado, ele afirmou que "isto é um equívoco, há uma ilusão no resto do Brasil de que o nosso desenvolvimento econômico supõe uma população rica, o que não acontece. O resto do Brasil projeta a sua desigualdade dentro de São Paulo", opinou.



Serra: justiça.